

A convergência necessária

Publicação: [Cadernos do Lumiar Nº5](#)

Data de Publicação: 1995

Se o processo de democratização e de adesão à Comunidade Europeia permitiu uma nítida aproximação entre Portugal e Espanha, restam ainda arestas por limar. O processo de transição e consolidação da democracia, ao pôr termo às políticas isolacionistas e nacionalistas, gerou a base indispensável para o desenvolvimento das relações bilaterais. A integração europeia criou um novo quadro de relacionamento entre os dois Estados, proporcionando uma melhoria de relações políticas e económicas sem paralelo. No entanto, este novo quadro gera igualmente apreensões em Portugal, agravadas pelo facto de o tradicional complexo português ainda não ter sido suficientemente superado e de as atitudes das autoridades espanholas continuarem a ser olhadas com alguma desconfiança.

Se é certo que as relações políticas e institucionais entre os dois Estados estão desbloqueadas, permitindo um diálogo que se tem revelado muito frutuoso, há ainda, em Portugal, alguns obstáculos a transpor. A relação ibérica ainda não está suficientemente estruturada para que seja encarada com normalidade uma diferença de posições entre os dois países que, como se verificou, tem tendência a agravar-se em períodos economicamente menos prósperos.

Tanto em termos bilaterais como em termos europeus, é fundamental que Portugal e Espanha desenvolvam uma relação de parceria, baseada na convergência de interesses. Tal como na relação com todos os outros parceiros europeus, os interesses comuns são, certamente, muito mais fortes que as divergências, e como tal devem ser avaliados. A lógica estática da História que aponta para a Espanha como eterno inimigo de Portugal, sem Europa, tem em conta que a Espanha é, tal como Portugal, um país democrático e plenamente integrado nas instâncias internacionais, deve ser definitivamente posta de lado. A possibilidade de um conflito armado com Espanha está hoje totalmente fora de questão, mas a manutenção de um discurso de «invasão espanhola» não é certamente muito tranquilizadora, por mais que se saiba que é exclusivamente para consumo interno. Por outro lado, é fundamental encarar com naturalidade as divergências, normais, existentes entre Estados, sejam eles vizinhos ou não. O facto de Portugal e Espanha participarem nas mesmas instâncias internacionais

não significa que defendam sistematicamente as mesmas posições, mas o que é fundamental é que cada divergência não se sobreponha aos múltiplos interesses comuns. A este propósito, convém recordar que Portugal não é o único país com relações delicadas com um vizinho com um poder maior. Analisando as relações entre a Alemanha e a Áustria e entre os Estados Unidos e o Canadá, Harald van Riekhoff salienta que austríacos e canadianos parecem ser afectados por uma espécie de neurose que faz com que se sintam menosprezados, considerando que a sua existência é sistematicamente igno-rada pelo seu parceiro. Por outro lado, os parceiros mais pequenos têm uma maior tendência para enfatizar os aspectos problemáticos da relação, em vez de salientarem os benefícios. As atitudes portuguesas face a Espanha podem ser interpretadas da mesma forma, com a diferença, substancial, de que os dois países estão integrados na União Europeia, o que proporciona condições objectivas muito melhores para a superação dos complexos. Importa, assim, aproveitar o novo quadro de relacionamento para superar as desconfianças.

Face ao desenvolvimento do processo europeu, importa igualmente valorizar a parceria ibérica, sobretudo em função do debate que já está em curso relativamente à CIG de 1996. Aqui, estará em discussão a futura arquitectura europeia, e os dois países têm uma palavra a dizer, da qual não deverão abdicar. Face às ideias já avançadas, importa sobretudo contribuir para o debate, elaborando novas propostas que tenham em conta as posições de Portugal e Espanha. Actualmente, mais do que ser pequeno ou grande país, importa sobretudo ter consciência dos desafios que se colocam à Europa, tentando encontrar soluções que possibilitem o desenvolvimento do projecto europeu, o que é, seguramente, um interesse comum aos dois países. Se a grande diferença entre Portugal e Espanha é o tamanho, muito maiores e mais importantes são as similitudes: são dois Estados do sul da Europa, menos desenvolvidos economicamente, empenhados na construção europeia, com relações privilegiadas com outras regiões do mundo. A construção de uma Europa aberta, solidária e democrática, assente na diversidade e na aceitação da diferença, seja ela interna ou externa ao espaço europeu, são objectivos comuns que devem sobrepor-se à inconstância das relações entre dois Estados vizinhos.